



REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTO MONIZ

----- ATA n.º 05/2016 -----

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal do Porto Moniz, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Porto Moniz, sob a presidência do Senhor Emanuel Jardim Fernandes coadjuvado pelo Senhor Lino Gonçalves da Conceição, primeiro secretário da mesa da Assembleia e Senhor Norberto Rodrigues Lima, segundo secretário da mesa da Assembleia. -----

Estavam presentes, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais do Grupo Parlamentar do PS: Nicodemo Balona Gouveia Câmara, Laura Lúcia Ferreira Alves, Américo Rodrigues Nascimento, António Emanuel Rentróia de Deus da Silva, Francisco Gregório Costa Gonçalves, Tito Vieira Júnior e Orlando Gouveia Ferro Fernandes, e do Grupo Parlamentar do PSD, os senhores deputados, Jaime Pereira de Lima Lucas, José Ambrósio Delgado Jardim, António Abreu dos Santos, João de Sousa Brito, Ferdinando Luís Correia Calisto da Encarnação, Wilson Emanuel Caldeira Gouveia, Estêvão Cirineu Pereira, Ariete Pereira Telmo Rentróia e Pedro Gonçalves Ponte. Do executivo camarário encontravam-se presentes: o Senhor Presidente João Emanuel Silva Câmara e os Senhores Deputados Luís Teixeira, Nélio Viveiros Sequeira, Juan Manuel Pardau de França e Nélio da Câmara Rodrigues. Às quinze horas, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião e deu as boas vindas às senhoras e senhores deputados, bem como ao Senhor Presidente da Câmara e Senhores vereadores, desejando a todos um bom ano novo que aí vem. -----

Como constante na convocatória, temos a seguinte ordem de trabalhos para a presente reunião: -----

1. **Período antes da ordem do dia;** -----
2. **Correspondência;** -----
3. **Informação do Senhor Presidente da Câmara;** -----
4. **Apreciação do relatório de atividades e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----



[Handwritten signature]
4/19

5. Atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 2º grau; -----

6. Votação das Grandes Opções do Plano (Plano de Atividades e de Investimento) e Orçamento para o ano de 2017, Mapa de Pessoal e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos plurianuais; -----

7. Período aberto ao público. -----

1. Período antes da ordem do dia -----

O primeiro secretário da Assembleia, senhor Lino Gonçalves da Conceição, apresentou o requerimento da senhora deputada Maria Fátima Canada Caldeira Pestana, que solicita a substituição, pelo período de 28 de dezembro de 2016 a 3 de janeiro de 2017, sendo substituída pelo cidadão eleito nas listas do Partido Socialista, senhor Francisco Gregório Costa Gonçalves. -----

O primeiro secretário da Assembleia, Senhor Lino Gonçalves da Conceição, apresentou o requerimento do Senhor deputado Manuel da Luz do Vale, que solicita a substituição, para o dia 29 de dezembro 2016, sendo substituído pelo cidadão eleito nas listas do Partido Social Democrata, Senhor Estêvão Cirineu Pereira. -----

O primeiro secretário da Assembleia, Senhor Lino Gonçalves da Conceição, apresentou o requerimento do senhor vereador Edegar Valter Castro Correia, que solicita a substituição, para o dia 29 de dezembro 2016, sendo substituído pelo cidadão eleito nas listas do Partido Social Democrata, Senhor Nélio da Câmara Rodrigues. -----

O senhor Presidente da Assembleia procedeu à inscrição dos senhores deputados que pediram para intervir no período antes da ordem do dia. -----

O senhor deputado António Santos começou por desejar um bom ano a todos os presentes, com paz e saúde para todos. Iniciou a sua intervenção referindo que caiu umas grandes pedras do talude sobranceiro à estrada que vai para o sítio do Lombo, na Ribeira da Janela, referindo que se trata de uma situação perigosa, e no seu entender a estrada deveria ser fechada pois transitam ali muitos estrangeiros e pessoas que fazem pesca lúdica. -----

Continuando a sua intervenção refere que o muro de suporte do cemitério da Ribeira da Janela está quase a cair e para chamar à atenção que é necessário recuperar o referido muro. -----

[Handwritten signature]



O Senhor deputado refere por ultimo uma situação de possível perigo que ocorre sempre que chove com maior intensidade, inunda o Caminho Fundo transportando detritos que entopem a valeta existente. Para evitar esta situação sugere que se construa uma valeta mais larga, ao longo da estrada regional por forma a canalizar essas aguas pluviais para o Ribeiro Luís, afim de salvaguardar as habitações existentes junto ao referido ribeiro. -----

O senhor deputado Ambrósio Jardim desejou a todos um bom ano, e destacou um artigo sobre Educação que foi capa de um jornal, no seguimento da divulgação de informação estatística pela DRE, analisando os dados entre 2004 e 2014, com alguns dados surpreendentes para o concelho. Em 2004 o Porto Moniz era o concelho com maior taxa de desistências (21,3%) no ensino básico e em 2014 passamos a ser o segundo menor (6,3%). No ensino secundário a análise está feita a nível da taxa de conclusão e em 2004, o Porto Moniz tinha a taxa mais baixa (50%) passando em 2014 para a taxa mais alta de (88,5%). Estes resultados são motivo de orgulho para a nossa terra, e devíamos ter uma palavra de reconhecimento publico, com particular destaque para os professores, mas também para todas as pessoas ligadas à educação e aos estabelecimentos de ensino no nosso concelho, e também como é obvio devemos salientar o papel importante de apoio dado pela CPM, a este executivo e também com os executivos anteriores no papel fundamental que têm desempenhado na atribuição de vários subsídios, quer a nível de livros escolares, quer a nível de transporte escolar, medidas que acredita terem potenciado a manutenção de muitos alunos no ensino.-----

Por outro lado, este estudo infelizmente revela também um aspecto mais negativo, que é a diminuição drástica do número de alunos. Entre 2004 e 2014 perdemos cerca de 20% dos alunos, mas olhando só para o ensino básico a perda é da ordem dos 41%, o que demonstra que o problema está a gravar-se rapidamente. Este é o maior problema do concelho, que considera grave, e no seu entender não será resolvido com simples apoios e subsídios, tem de ser combatido através de medidas concretas, sobretudo que visem a criação de emprego e que levem a que as famílias jovens queiram permanecer ou até se fixar no Concelho. -----

A senhora deputada Ariete Rentróia informou que enviou um oficio à câmara a 15 de novembro, e que ainda não obteve resposta, que informa a queda de uma derrocada no



caminho agrícola da Fajã Redonda que obstruiu o Ribeiro da Horta, com uma pedra de grandes dimensões, e que está a bloquear esse mesmo ribeiro sobretudo as águas pluviais, situação que considera é perigosa. -----

Continuando a sua intervenção a senhora deputada refere que recebeu um ofício da Câmara a informar que o prédio da Junta de Freguesia pertence à Câmara Municipal, situação que desconhecia, mas já que assim é informa que o mesmo tem uma infiltração de água pela telha, e que só não chegou a dentro da própria junta por causa da laje que tem depois da armação de telha, e que se for possível a Câmara ir lá arranjar a cobertura da junta. -----

Terminando a sua intervenção a senhora deputada questiona o executivo sobre o ponto de situação da água potável ao sítio das Contreiras. -----

O senhor deputado Ferdinando Encarnação alertou para o estado de degradação das floreiras laterais nas estradas regionais que se encontram debilitadas e quase todas elas sem flores como estavam no passado, não dignificando o Concelho. Referiu também que na freguesia da Ribeira da Janela, mais concretamente entre a casa da senhora Deolinda e a zona por baixo da ponte, existe entulho para limpar e nessa mesma zona deverá plantar-se flores ou outra vegetação para que não voltem a deitar entulho novamente. -----

O Senhor deputado Jaime Lucas tomou a palavra desejando a continuação de boas festas e um bom ano de 2017, sobretudo cheio de saúde que é o que mais importa nesta vida. O senhor deputado deixa um alerta para o estado de conservação e até mesmo de degradação de muitos caminhos municipais que passa a enumerar: -----

- 1 – Estrada entre o Justiniano e a ponte da ribeira (Seixal); -----
- 2 – Estrada entre o João da eira e o Cais (Seixal); -----
- 3 – Estrada de acesso ao Calhau das Achadas (Achadas da Cruz); -----
- 4 – Caminho do Valgão (Santa Porto Moniz); -----
- 5 – Acesso ao Campo de Futebol (Lamaceiros Porto Moniz); -----
- 6 – Caminho da Ladeira (Vila Porto Moniz). -----

Quer também deixar à consideração do atual executivo, o caso que considera mais grave que é a asfaltagem do Caminho da Ladeira, e nesse aspeto faz *mea culpa* porque não insistiu junto dos colegas de partido para que aquele caminho ficasse resolvido no que



respeita a acessibilidades, mas infelizmente isso não veio a acontecer. Salienta que deverá ser de sentido único, mas que permitirá a acessibilidade de viatura, sobretudo às pessoas idosas com necessidades, como foi o caso que aconteceu com a sua própria mãe, que foi uma enorme dificuldade uma vez que a ambulância não pode ir até à sua residência. -----

Terminando a sua intervenção o senhor deputado pergunta qual o ponto de situação da instalação e funcionamento da grua no porto de abrigo de Porto Moniz, e se já existe alguma decisão dos Tribunais sobre o apoio dado pela câmara para o projeto de construção de uma adega no Porto Moniz. -----

O senhor deputado Nicodemo Câmara desejou a todos boas festas e votos de um 2017 bom para todos. -----

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara e enalteceu a intervenção do senhor deputado António dos Santos, porque considera que as suas intervenções são sempre pertinentes de uma pessoa que conhece bem o Concelho e relativamente à situação da escarpa refere que é uma preocupação transversal a todos os Concelhos na Madeira, agradece a chamada de atenção para essa situação, e vai providenciar que a informação da situação em causa chegue aos órgãos competentes, neste caso da tutela do senhor Secretário Dr. Sérgio Marques. -----

O senhor Presidente da Câmara, refere, como já o referiu em reuniões anteriores que a estrada deverá ser da tutela da Câmara, contudo são necessários meios e para tal deveria existir um protocolo com as condições e as responsabilidades inerentes entre o Município do Porto Moniz e o Governo Regional, para a abertura de alguns troços desta estrada, isto porque, o Município por si só, não conseguiria suportar os encargos para por em funcionamento desta estrada, porque se no passado bem recente o mesmo Governo pagou valores exorbitantes ao concessionário, por muito menos do que isso também pode protocolar com a autarquia. Tem é de existir boa vontade entre as duas partes. E a prova da boa vontade da Câmara é que já adquiriu um mini veículo industrial rígido, que poderá assegurar a limpeza de pequenas pedras que normalmente caem no pavimento, deixando-o sempre transitável. -----



Relativamente ao cemitério, e falando de todos os cemitérios do Concelho, os mesmos vão ser alvo de intervenções, umas de maior monta outras de menos, conforme os casos, e o muro que refere é de intervenção pacífica e aliás já está referenciada essa situação. -- Relativamente às águas pluviais que referiu, já a Câmara procedeu a uma intervenção no ribeiro da referida zona, estando a zona com maior segurança, contudo irá avaliar a situação referida e ver o que é que pode ser feito afim de minimizar ou resolver esse problema. -----

Em resposta ao senhor deputado Ambrósio Jardim, o senhor Presidente da Câmara refere que é com muita satisfação que ouviu que os números de taxa de desistências e de taxa de conclusão do ensino secundário são as menores regionais, situação que tem consciência que não se iria verificar se não houvesse o apoio da Câmara os números iriam ser esses, pois muitos agregados familiares muito dificilmente tinham filhos a estudar sem o apoio da Câmara, quer seja a nível local, quer seja a nível de ensino superior. -----

Relativamente à diminuição de alunos, sendo o Concelho onde mais ocorreu esse fato, tem consciência que a desertificação é um problema transversal a toda a costa norte, mas relembra que em primeiro lugar, as políticas de combate à desertificação das zonas rurais são da responsabilidade do Governo Regional. Contudo não é com as políticas deste Governo Regional, em fechar escolas, urgências e tribunais que se irá alcançar tal objetivo. Assim fica ainda mais difícil combater este flagelo, pois sem os serviços essenciais a qualquer população, a mesma não se irá fixar. -----

O Senhor Presidente relembra a pujança que o Concelho tinha na pecuária, onde a Feira do Gado era o expoente máximo desse setor, que hoje em dia até o matadouro já fecharam e deixaram ao abandono a estação zootécnica que está moribunda e quase a desaparecer. -----

Em resposta à senhora deputada Ariete Rentróia, o executivo desta autarquia já tinha identificado este problema dos Ribeiros, contudo as dificuldades que existem não só de meios mas também burocracias para se efetuar uma ação num curso de água são situações que limitam a capacidade da Câmara em resolver, contudo vai reencaminhar o seu ofício a quem de direito, a ver se resolvem a situação. -----



Relativamente à infiltração de água pelas telhas a situação será verificada para tentar atalhar o problema e resolvê-lo. -----

Terminando a sua resposta à Senhora deputada o senhor Presidente refere que o problema da água potável do sítio das Contreiras será resolvido até ao final do mandato. Em resposta ao senhor deputado Ferdinando Encarnação o senhor Presidente da Câmara refere que as floreiras estão contempladas num levantamento que foi efetuado a todas as zonas verdes do Concelho, sabemos como estão e quantas são, e que a sua recuperação será contemplada dentro dos ARU e PEDU desenvolvidos para poder submeter a candidaturas de fundos comunitários. -----

Relativamente ao entulho debaixo da ponte essa situação será verificada para ser resolvida o mais breve possível. -----

Mas á uma coisa que preocupa o senhor Presidente da Câmara e que não vê nenhum deputado denunciar que é um atentado que se encontra o bairro à entrada da Vila que é uma vergonha o estado degradado das habitações sociais, e ali está espelhado o investimento do governo regional no Concelho do Porto Moniz. -----

Em resposta ao senhor deputado Jaime Lucas concorda em absoluto com o estado que conservação de alguns caminhos municipais, sobretudo o do Lombo dos Forneiros está uma vergonha, contudo já tem um levantamento de várias situações e irá proceder a intervenções o mais breve possível ainda dentro do período do mandato. -----

Relativamente ao Caminho da Ladeira efetivamente não é só meia culpa, é a culpa completa, pois o senhor deputado Jaime Lucas já esteve como vereador desta casa e como Presidente da Assembleia Municipal e não resolveu o problema. O senhor Presidente da Câmara refere que não propôs a resolução deste caminho neste mandato, não pode prometer que irá fazê-lo, mas considera que se fôr possível irá asfaltar o referido caminho e está sensibilizado para a questão levantada pelo Senhor deputado Jaime Lucas, mas com o qual não se compromete. -----

No que respeita à grua, o senhor Presidente da Câmara diz que já não compreende os problemas levantados, pois uma hora era que não tinha grua. Agora que tem grua, qual é o problema da grua. A grua está montada e em funcionamento e a sua principal função será a de colocar na água a embarcação do Sanas, cuja sede na costa Norte está a ser concluída, e será este executivo socialista que vai cumprir uma promessa do Dr. Alberto



João Jardim, passados 12 anos, que é ter um posto de socorro do Sanas na Costa Norte da Ilha da Madeira. -----

Para terminar o senhor Presidente da Câmara refere que o ponto de situação do apoio dado pela câmara, no mandato do ex-presidente Gabriel Farinha, para o projeto de construção de uma adega no Porto Moniz, foi de que o advogado que representava a Câmara, no mandato do ex-presidente e atual vereador Valter Correia, que puseram em tribunal, mas colocaram o processo no tribunal errado, e esse processo foi arquivado. Neste momento está no atual gabinete jurídico para dar seguimento para o tribunal correto. -----

2. Correspondência -----

Não foi apresentado nada de relevante, tendo, previamente, sido dada informação de que a correspondência estava à disposição dos senhores deputados para consulta. -----
Tribunal Jaime ribeiro e filhos.

3. Informação do Presidente da Câmara Municipal -----

Nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apresentado o documento contendo as deliberações da atividade da Câmara Municipal, após a realização da última reunião da Assembleia Municipal. -----
O documento fica apenso à presente ata da qual faz parte integrante. -----
Tendo sido apreciada pela Assembleia, nada houve a considerar, no entanto o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, afim de, proceder a algumas explicações sobre esta informação. -----

4. Apreciação do relatório de atividades e da situação financeira da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----

Período de 01 de janeiro até 15 de setembro de 2016. -----

Foi efetuada a apresentação da Situação Financeira Geral e do Relatório de Atividades, tendo sido apreciado pela Assembleia, nada houve a considerar. -----
O documento fica apenso à presente ata da qual faz parte integrante. -----

5. Atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 2º grau; -----



Considerando que compete à Assembleia Municipal, por proposta submetida pela Câmara Municipal aprovada a 12 de dezembro de 2016, a aprovação da atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau, que no Município de Porto Moniz corresponde aos Chefes de Divisão Financeira e Administrativa, nos termos da alínea ccc) do n.º1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro conjugado com o n.º 2 do artigo 24.º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual; -----

Atendendo a que a lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procede à adaptação à administração local da lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de abril, n.º 64/2011, de 22 de dezembro, n.º 68/2013, de 29 de agosto e n.º 128/2015, de 03 de setembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, entrou em vigor em 30 de agosto de 2012; -----

Uma vez que se prevê no n.º 1 do artigo 24.º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que aos titulares de cargos de direção superior de 1.º grau e de direção intermédia de 1.º e 2.º graus podem ser abonadas despesa de representação no montante fixado para pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhe igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais; -----

Ainda nos termos do n.º 2 do artigo 24 da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto a atribuição de despesas de representação nos termos do número anterior é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal; -----

A respetiva verba encontra-se prevista no Orçamento Municipal para o ano de 2017, sob rubrica 0102/01.01.11 – Despesas de representação; -----

Nestes termos, Emanuel Jardim Fernandes, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz, tem a honra de propor que a Assembleia Municipal delibere, nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual aprovar a presente proposta de atribuição do abono de despesa de representação aos titulares de



cargos de direção intermédia de 2.º grau, Chefes de Divisão Financeira e Administrativa que se encontram atualmente em função. -----

Submetida a proposta à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

6. Votação das Grandes Opções do Plano (Plano de atividades e de Investimento) e Orçamento para o ano de 2017, Mapa de Pessoal e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos plurianuais. -----

Considerando que: -----

1-Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento. -----

2-Com a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o mapa de pessoal é aprovado conjuntamente com o orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para o cumprimento das atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento. -----

3- Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos plurianuais. -----

Emanuel Jardim Fernandes, Presidente da Assembleia Municipal de Porto Moniz, tem a honra de propor a Assembleia que aprove: -----

1- *Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal elabore e submeta à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei aprove as opções do Plano para o quadriénio 2017-2020 e Orçamento para o ano de 2017.* -----

2- *Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro a Câmara Municipal elabore e submeta à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, aprove o Mapa de Pessoal para o ano de 2017;* -----

3- *Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal elabore e submeta à Assembleia Municipal para que este órgão, para efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei 8/2012, de 21 de fevereiro e respetiva alteração, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, aquando*



da aprovação das Grandes Opções do Plano, é concedida autorização prévia favorável para assunção de compromissos plurianuais e a sua reprogramação até aos limites máximos indicados nas Grandes Opções do Plano, desde que a reprogramação não implique aumento da despesa. -----

1. Nos termos do n.º 3 do art.º 6 da LCPA, a competência para assunção de compromissos plurianuais é delegada no Presidente da Câmara, quando os mesmos: -----

*a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou -
b) Não excedam em cada ano o montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto de Lei n.º 197/99, de 8 de junho que corresponde o limite de 99.759,58€ e se reportem a ações dotadas ao nível do orçamento para o ano de 2017 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. -----*

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia prevista no n.º 1, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na LCPA e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no art.º 9 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação. -----

Submetido à votação os pontos individualmente foi obtida a seguinte votação: -----

1) Plano e orçamento – Aprovado com dez votos favoráveis do PS e nove abstenções do PSD. -----

2) Mapa de Pessoal – Aprovado por unanimidade. -----

3) Autorização de Despesa Plurianual - Aprovado com dez votos favoráveis do PS e nove abstenções do PSD. -----

O senhor deputado Jaime Lucas apresentou a seguinte declaração de voto pelo grupo parlamentar do PSD: -----

Em ano de eleições autárquicas, como seria de esperar, regista-se que a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017 já comporta alguns investimentos estruturantes para o município do Porto Moniz, contudo, prevalece a mesma linha de orientação marcada pela aposta em iniciativas populistas que deem visibilidade ao executivo, numa clara estratégia eleitoralista e de permanência no poder. -----



Embora na mensagem do senhor presidente, que consta da proposta de orçamento, sejam novamente referidos os constrangimentos financeiros do município e as responsabilidades herdadas dos executivos anteriores, a verdade é que essa apreciação não corresponde à verdade dos factos nem à realidade que a Câmara vive. -----

As contas da Câmara estão perfeitamente consolidadas dado o excelente trabalho desenvolvido pelo executivo anterior, em que a dívida foi reduzida de 12,6 milhões de euros para cerca 4 milhões, a tal ponto que a taxa de esforço para com a dívida seja, para 2017, de apenas de 4,32%, o que é bem exemplificativo da saúde financeira que goza.-----

Por sua vez, tendo o atual executivo socialista uma disponibilidade financeira de mais de 3 milhões de euros, não é aceitável que continue a apregoar as dificuldades financeiras e a dívida deixada pelos executivos anteriores para justificar a ausência de medidas estruturantes que alavanquem a economia do concelho e criem novas oportunidades de negócio e de emprego. -----

Para além do exposto, regista-se o facto de em 2017 ocorrer um aumento das transferências de capital do Orçamento de Estado para os municípios, que no caso do Porto Moniz resulta num acréscimo de mais 71.076€. -----

Acresce referir, ainda, a oportunidade que o atual executivo tem para recorrer a Fundos Comunitários, ensejo esse que o executivo anterior não dispôs. -----

É inquestionável que o atual executivo municipal tem reunidas todas as condições para que possa apresentar um plano de intervenção ambicioso, que vá de encontro aos verdadeiros interesses da população e do concelho do Porto Moniz, que passam pela dinamização da atividade turística, da agricultura e da construção civil, de forma a contrariar-se o envelhecimento da população, só possível com o aumento da oferta de emprego. -----

Ao invés do desejável, o atual executivo teima em persistir em iniciativas populistas, amplamente divulgadas pela comunicação social e na página de internet do município, que apenas visam a angariação de simpatias e votos, não tratando o essencial e o que é verdadeiramente importante para a população. -----

É nesse sentido que, fazendo-se uma análise à proposta de orçamento para 2017, se compreende o contínuo aumento das verbas inscritas para a aquisição de refeições,



passando-se de 28.000€ em 2015 para 60.000€ em 2017, representando um aumento na ordem de 114,29%, o que deixa antever que em ano de eleições venham a ocorrer almoçaradas e jantaradas para todos. -----

No mesmo sentido de atuação, regista-se a atenção que é dada à publicidade, enquanto estratégia para apaziguar a comunicação social e criar uma boa imagem da administração autárquica, bem refletida nos valores cada vez mais elevados que se tem dedicado a essa rubrica, em que de 18.000€ inscritos em 2015 passa-se para 40.000€ em 2017, correspondendo a um aumento de 122,22%, o que não é minimamente aceitável do ponto de vista ético. -----

Ainda neste âmbito, regista-se o elevado valor inscrito para as viagens, em que de 2015 para 2017 passou-se de 9.000€ para 20.000€. Embora reflita uma diminuição face a 2016, será expetável que em ano de eleições se persista na oferta de viagens aos municípios como forma de angariar simpatias e votos à custa do erário público. -----

Embora o senhor Presidente insista na publicitação do apoio que dá à Juntas de Freguesia, feita uma análise às sucessivas propostas de orçamentos apresentados pelo atual executivo, facilmente se depreende que estas autarquias nunca foram encaradas como verdadeiras parceiras da Câmara, tal como expressa o baixíssimo montante com que são apoiadas, face às disponibilidades financeiras que dispõe. Dado o papel e a importância que as Juntas de Freguesias têm na resolução dos pequenos problemas que afligem as populações, propomos que a proposta de orçamento contemple um montante três vezes superior, passando de 31.468€ para 94.404€, o que constitui um apoio perfeitamente ao alcance da Câmara, mais consentâneo com os apoios atribuídos a outras instituições, na medida em que os valores que são atualmente transferidos mal dão para atender aos encargos que algumas juntas têm com os trabalhadores subsidiados pelo desemprego, os quais desempenham funções em áreas da competência da Câmara Municipal. -----

Relativamente ao Plano de Atividades, saúda-se o apoio dado à população escolar, com um conjunto de medidas que constituem o aprofundamento daquelas que já vinham das gestões anteriores, nomeadamente ao nível da atribuição dos manuais escolares, dos transportes escolares e das bolsas de estudo aos estudantes universitárias. -----



Registamos como positivos os apoios destinados à população sénior e os maternos infantis que constituem medidas que irão contribuir para a melhoria da qualidade de vida desses estratos da população. -----

Apontar como inaceitável o grande aumento que se tem vindo a verificar nos custos com a Semana do Mar, em que ao exagero despendido no ano transato, no valor de 151.000€, é proposto o montante de 300.000€, a que corresponde a um aumento de cerca de 198,68%. Não estamos contra o facto da Semana do Mar ser comemorada com dignidade, contudo é preciso perceber que o aumento desmesurado deste investimento não trás proporcionais retornos, dada a capacidade hoteleira e da restauração instalada no nosso município, as quais têm sido esgotadas neste evento, desde à muitos anos. -----

Não temos dúvidas que esta decisão de aumento da magnitude deste evento, sem racionalidade económico-financeira para o município, vem no seguimento da estratégia de exaltação pública dos atuais líderes do concelho do Porto Moniz, tão ao gosto de alguns regimes que nada abonam a favor da democracia. -----

No que ao Plano Plurianual de Atividades diz respeito, saúda-se algumas iniciativas estruturantes, sobretudo aquelas que são de encontro ao aumento da qualidade da oferta turística no concelho, para além de outras que irão proporcionar melhorais à população, contudo, constata-se que uma parte significativa das ações registadas não têm verbas afetadas, para além dos 50€ que permitem a abertura da rubrica, o que é demonstrativo que estamos, sobretudo, perante um plano de intenções. -----

Em suma, para 2017, ano de eleições autárquicas, perspectiva-se, finalmente, o início da execução de algumas obras, muito esbanjamento de recursos financeiros como forma de angariar simpatias e votos, e muita propaganda. -----

Ao não vermos uma ação centrada nos verdadeiros interesses da população do concelho do Porto Moniz, pelo facto do plano de atividades e investimento (Grandes Opções do Plano) não contemplar medidas concretas que dinamizem a economia e a criação de emprego no concelho, mormente de encontro ao desenvolvimento do setor do turismo e da agricultura, os deputados eleitos pelo PSD abstêm-se na votação a esses dois documentos, ressalvando que comungam com muitas das medidas contempladas no Plano de Atividades, pese embora, globalmente, era possível fazer bem mais e bem melhor. O Senhor Presidente respondeu que a grande obra deste executivo socialista foi



as pessoas dando escalão 0-4 anos e aos bebés no primeiro ano de idade e é uma forma que as pessoas se fixem ou venham para cá viver. -----

O senhor Presidente da Câmara responde, também em declaração de voto, afirmando primeiramente que quem não soube fixar as pessoas na Costa Norte da ilha da Madeira, nomeadamente com o encerrando serviços de urgências, após as 20 horas e aos fins de semana, escolas nos mais diversos núcleos populacionais, mais recentemente com a machadada na escola da freguesia do Seixal, com encerramento de Tribunais e outros serviços públicos, tem contribuindo e muito para que a desertificação da Costa Norte seja mais incisiva e permanente. -----

Mas o senhor Presidente afirma que sente-se realizado com a sua obra social já realizada no Concelho, sendo que ainda não está totalmente satisfeito, há sempre espaço para melhorar, mas tem a certeza que nunca ouve governação nesta câmara que fizesse mais pelas pessoas e com as pessoas do que com este Executivo Socialista, e não de agora que defende estas medidas implementadas, para isso basta consultar as atas desde o primeiro mandato 1993-1997 com senhor Germias de Sousa como presidente, para ver lá plasmadas muitas destas medidas que hoje são uma realidade no Concelho. -----

Desde Bombeiros em permanência no Concelho 24 Horas por dia, Bolsa de Estudo para os estudantes universitários no valor de 150 Euros, Transportes escolares gratuitos e livros escolares também gratuitos a todos os níveis de ensino, desde o Ajuda na Participação Municipal em Medicamentos com 120 euros anuais, isto para não falar nos apoios financeiros e logísticos a todas as associações culturais, recreativas e desportivas do Concelho, e apoiando todas as iniciativas válidas, que são propostas por entidades externas, para promover, dinamizar e alavancar a imagem do Concelho, sobretudo além fronteiras, bem como, e pela primeira vez, apoios financeiros a todas as juntas de freguesia sem exceção, apoio esse que já foi majorado em 10%, quando o Governo da Republica na altura coligação PSD/CDS fez a maldade de cortar nas verbas do Orçamento de Estado para as freguesias, isto para não falar nos apoios logísticos, de materiais e também de consultadoria técnica através da sua equipa camarária. -----

Considera também uma falácia dizer que não estamos a fazer obra, quando começamos precisamente pelo aquilo que é básico para a População, nomeadamente água, quer seja potável quer seja de rega, e saneamento básico. Relativamente à empreitada de



saneamento básico composto por rede de drenagem de águas residuais e pluviais foi efetuada na Vila, desde a Rua da Escola Velha, Rua do Lugar da Bica, Rua dos Capitães até Rua João Evangelista de Gouveia, dotando de ligação à rede um grande núcleo populacional do Concelho, nomeadamente a Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-Escolar de Porto Moniz, uma situação que em pleno Século XXI, e depois dos milhões gastos nessas redes na Região, por governos e Câmaras PSD não deveria de existir. -----
A água de rega com a grande recuperação de vários troços mas considerando o mais relevante a resolução definitiva da Levada do Moinho, logo uma das primeiras medidas deste mandato. -----

No que diz respeito à rede de água potável realizamos a recuperação de diversas condutas da rede de abastecimento de água potável do Concelho, muitas delas com o pessoal camarário, colocando quebra pressões e reparando diversas zonas de rede danificada e em deficiente estado, nomeadamente no fundo dos Pombais, que provocavam perdas enormes na rede e também através de empreitada de maior dimensão, nomeadamente com a recuperação da nascente da Pedra Mole, mais concretamente na galeria das Fontes acabando definitivamente com o desvio de água da rede dos Lamaceiros e a recuperação da conduta de água potável da Fajã da Parreira, na Laje – Seixal, que por si só permitiu reduzir perdas na ordem de milhares de litros de água e também a construção de um tanque na Ribeira da Janela faltando apenas as ligações à rede de água potável -----

Construímos um churrasco e efetuamos reparações diversas no Parque de Campismo do Porto Moniz, para dar uma nova imagem aquela infraestrutura e tentar potenciar a mesma, sendo que de futuro deverá passar por estar ligada ao caravanismo, contudo enquanto a Madeira não dispuser novamente de ligação marítima por ferry essa realidade praticamente desapareceu, vamos aguardar por mais uma promessa deste Governo Regional. -----

Foi efetuada uma intervenção e empreitada que dignificou o Porto de Abrigo do Porto Moniz, com a arrecadações dignas desse nome para os nossos pescadores, com a colocação de uma grua de apoio e mas sobretudo uma aposta na segurança que é a futura sede do SANAS na costa norte da Ilha da Madeira. Mais uma vez fala o Governo Regional, através da Secretaria da Agricultura e Pescas, cumprir as suas promessas e



realizar as obras na lota do Porto Moniz que não está em condições e precisa de uma obra urgente. -----

Procedemos à asfatação dos caminhos da Levada Grande, Castanheiro e do Rei, bem como procedeu a algumas pequenas reparações de pavimentos de caminhos municipais e também à limpeza de caminhos da serra, embora seja uma intervenção com uma natureza diferente, mas igualmente ou mais importante. -----

Regularizamos o escoamento de água da estrada que vai para às trutas, que todos os anos, na época das chuvas, inundava o caminho municipal da Fonte. -----

O Teleférico das Achadas da Cruz foi alvo de uma grande intervenção nos exterior, para tornar o local mais apazível de parar e visitar pelos inúmeros turistas que ali afluem, bem como o Licenciamento daquela infraestrutura que é fundamental para poder fazer publicidade da mesma, para além das implicações legais que a situação anterior acarretava. -----

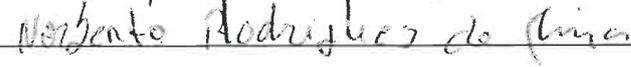
Tudo o que estamos a fazer é ir de encontro da população estamos no caminho certo, pois o nosso trabalho e preocupação primeira são as pessoas e isso está conseguido. -----

Para terminar quer deixar claro que na sua nota do orçamento quando afirma que está ainda a pagar a dívida que herdou, que essa dívida foi contraída no tempo da gestão que continua a considerar danosa dos mandatos do Ex-Presidente Gabriel Farinha. -----

14. Período aberto ao público -----

Ninguém se apresentou para intervir. -----

Findos os trabalhos, nada mais havendo a tratar o senhor Presidente deu por terminada a sessão, pelas dezassete horas e quatorze minutos, dela se tendo lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade dos membros presentes vai ser assinada pelo senhor Presidente, pelos senhores Secretários da Mesa da Assembleia e por mim, Jorge Filipe Góis Garanito, Chefe de Divisão, que a redigi. -----

O Presidente: 
1º Secretário: 
2º Secretário: 
O Redator: 

